O AGRAVO DE INSTRUMENTO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Arnaldo José Ferreira Júnior¹
Natalia Elvira Sperandio²
Ciro Di Benatti Galvão³

Resumo: Neste artigo serão analisadas as mudanças trazidas pela edição da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, do Novo Código de processo Civil. Para tanto, utilizá-lo-emos de pesquisa bibliográfica e da leitura pura e simples da letra textual dos Antigo e Novo Código de Processo Civil. A nova redação trouxe inovações, com o fito de trazer mais celeridade e menos complexidade no andamento dos processos. Dentre essa ampla gama de alterações legislativas, será analisada nesse trabalho, especificamente, a nova redação do recurso de Agravo de Instrumento, destacando os pontos controversos trazidos em relação à limitação do acesso à justiça decorrente da criação de rol taxativo para as hipóteses de cabimento do recurso em questão.

Palavras-chave: Agravo de Instrumento; Novo Código de Processo Civil; Alterações.

1. INTRODUÇÃO

A estrutura jurídica brasileira sofreu enormes e profundas alterações com a edição da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, do novo Código de Processo Civil. Com a pretensão de "gerar um processo mais célere, mais justo, porque mais rente às necessidades sociais e muito menos complexo", conforme afirmado em sua Exposição de Motivos, no qual o corpo de juristas que auxiliou na elaboração do texto do novo Código de Processo Civil apresenta os parâmetros gerais do novo Código. E detalha, ainda, a Exposição de Motivos:

Com evidente redução da complexidade inerente ao processo de criação de um novo Código de Processo Civil, poder-se-ia dizer que os trabalhos da Comissão se orientaram precipuamente por cinco objetivos: 1) estabelecer expressa e implicitamente verdadeira sintonia fina com a Constituição Federal; 2) criar condições para que

¹ Graduanda em Direito pelo Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo Neves – contato paatriiciaa19@gmail.com

² Doutora em Estudos Linguísticos (Linguística Aplicada, linha linguagem e tecnologia) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui graduação em Letras (Licenciatura em língua portuguesa e suas respectivas literaturas) pela Universidade Federal de São João Del-Rei (2007), mestrado em Letras (Área de concentração: Teoria Literária e Crítica da Cultura - Linha de Pesquisa: Discurso e Representação Social) por essa mesma universidade. Professora do Instituto Presidente Tancredo Neves - IPTAN e revisora do periódico Saberes Interdisciplinares.

³ Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FD UL) e em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de Direito Constitucional, de Teoria do Estado e de Administrativo. Conselheiro Editorial da Revista da Procuradoria Geral do Município de Juiz de Fora/MG. Membro da Academia Barbacenense de Ciências Jurídicas (ABCJ). Parecerista ad hoc de periódicos jurídicos. Autor de livros e artigos jurídicos na área do direito público. cirogalvão@iptan.edu.br.

o juiz possa proferir decisão de forma mais rente à realidade fática subjacente à causa; 3) simplificar, resolvendo problemas e reduzindo a complexidade de subsistemas, como, por exemplo, o recursal; 4) dar todo o rendimento possível a cada processo em si mesmo considerado; e, 5) finalmente, sendo talvez este último objetivo parcialmente alcançado pela realização daqueles mencionados antes, imprimir maior grau de organicidade ao sistema, dando-lhe, assim, mais coesão.

Tendo em vista tais objetivos, podemos destacar como principais inovações a criação de novos mecanismos para a busca da conciliação entre as partes; a simplificação da defesa do réu (conglobando diversas hipóteses de defesa na contestação, como, por exemplo, o pedido contraposto); a mudança na contagem de prazos para as partes, que passou a ser feita em dias úteis; a criação de uma ordem preferencial de julgamento dos processos; o estabelecimento de critérios e requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica; a redução do número de recursos e a unificação dos prazos recursais; entre outras alterações.

Diante dessa ampla gama de alterações legislativas, o presente trabalho abordará uma das mudanças trazidas no sistema processual recursal, que sofreu profundas alterações com o novo Código de Processo Civil. Como mudanças gerais no sistema recursal, podemos destacar a unificação dos prazos para recurso, que passou a ser de 15 (quinze) dias úteis para quase que a totalidade todos os recursos. Além disso, extinguiu recursos, como o Agravo Retido e os Embargos Infringentes, visando dar maior celeridade ao trâmite processual. Também provocou profundas mudanças no recurso denominado Agravo de instrumento, principalmente no que tange ao acesso à justiça, que foi limitado com a criação do rol taxativo do artigo 1015. É especificamente sobre este recurso, suas semelhanças e diferenças em relação ao antigo e ao atual Código de Processo Civil, que este trabalho tratará.

2. O AGRAVO DE INSTRUMENTO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

O presente trabalho pretende analisar o recurso de agravo de instrumento no novo Código de Processo Civil, destacando as diferenças e semelhanças do mesmo em relação ao antigo regramento processual.

Em que pese o novo Código de Processo Civil ter tido como um dos primordiais objetivos promover a celeridade processual e mitigar formalidades que antes impediam desmesuradamente o acesso ao poder jurisdicional, acreditamos que o fato do novo Código trazer rol taxativo de hipóteses de cabimento do Agravo de Instrumento acabou por limitar o uso desse importante recurso, conforme será demonstrado neste trabalho.

Para realizar tal análise, utilizar-nos-emos de pesquisa bibliográfica sobre o tema, além da leitura pura e simples da letra da lei, no Código já revogado e no novo Código de Processo Civil.

Pois bem, primeiramente, devemos demarcar o significado do recurso em análise. O que é o agravo de instrumento? Compulsando o novo Código de Processo Civil, tem-se que o Agravo de instrumento é uma espécie de recurso, sendo tratado no Capítulo III, que leva seu nome, do Título II (dos recursos), inserto no livro III (dos processos nos Tribunais e dos Meios de Impugnação das Decisões Judiciais) do referido Código. Ocupa-se o Código a tratar do Agravo de instrumento em seus Arts. 1.015 a 1.020. Da leitura de tais artigos no novo Código, diferentemente do Código de 1973, não é possível se conceituar o recurso em tela. Somente é dito acerca do seu cabimento, não do seu conceito.

O Supremo Tribunal Federal, através de seu *website*, oferece um serviço de glossário jurídico que possui milhares de verbetes. Segundo tal glossário, o agravo de instrumento, por meio de sua fundamentação legal (Arts. 994, II; 1.015 a 1.020 do CPC/2015), é

recurso dirigido diretamente ao tribunal competente e cabível contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: tutelas provisórias; mérito do processo; rejeição da alegação de convenção de arbitragem; incidente de desconsideração da personalidade jurídica; rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de

sua revogação; exibição ou posse de documento ou coisa; exclusão de litisconsorte; rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio; admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros; concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução; redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373,§ 1º do CPC/2015; além de demais casos previstos em lei. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário. O agravo será processado fora dos autos da causa onde se deu a decisão impugnada, razão pela qual a petição deve ser instruída com todas as peças necessárias ao deslinde da controvérsia, formando razões e contrarrazões dos litigantes para o respectivo julgamento.

Pois bem, da leitura de tal definição pode-se obter mais dúvidas do que certezas. Ele é cabível contra "decisões interlocutórias", e é elencado sobre o que tais decisões devem versar para poderem ser atacadas pelo agravo de instrumento. De início, podemos afirmar que "decisão interlocutória" é aquela pelo qual o juiz decide questão incidental com o processo ainda em curso. Ou seja, a decisão interlocutória não põe fim ao processo, diferentemente da sentença. Portanto, toda e qualquer decisão proferida no curso do processo, desde que não resolva o mérito, é uma decisão interlocutória.

Apreendido tal conceito, notamos que o antigo Código de Processo Civil de 1973 trazia em seu Art. 522 um conceito de agravo de instrumento. Conforme o citado artigo:

Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de dez dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida sua interposição por instrumento.

Ou seja, agravo de instrumento era descrito como o recurso utilizado contra decisão interlocutória "suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação". Era esse o conceito e a "razão" de ser do recurso aqui estudado. Agora nos voltemos ao novo Código de Processo Civil e vejamos como o legislador tratou de tal recurso. O Art. 1.015 assim introduz o recurso:

Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

I - tutelas provisórias;

II - mérito do processo;

III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;

IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica;

V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;

VI - exibição ou posse de documento ou coisa;

VII - exclusão de litisconsorte;

VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;

IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;

X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;

XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;

XII - (VETADO);

XIII - outros casos expressamente referidos em lei.

Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

De pronto nota-se uma mudança drástica no recurso. O agravo de instrumento não mais é mais aquele recurso contra decisão interlocutória "suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação". O antigo Código de Processo Civil não delimitava o aludido recurso em um rol taxativo, tal qual como fez o novo Código.

Em que pese o artigo acima transcrito ser claro em relação à necessidade de os casos de cabimento para o agravo de instrumento dever ser "expressamente referidos em lei" (inciso XIII), houve uma tímida tentativa da doutrina em tentar relativizar essa taxatividade. Didier Junior (2016), por exemplo, chega a afirmar que o rol é taxativo, mas admite interpretação extensiva. Afirma o renomado processualista baiano que

as hipóteses de agravo de instrumento estão previstas em rol taxativo. A taxatividade não é, porém, incompatível com a interpretação extensiva. Embora taxativas as hipóteses de decisões agraváveis, é possível interpretação extensiva de cada um dos seus tipos. Tradicionalmente, a interpretação pode ser literal, mas há, de igual modo, as interpretações corretivas e outras formas de reinterpretação substitutiva. A interpretação literal consiste numa das fases (a primeira, cronologicamente) da interpretação sistemática. O enunciado normativo é, num primeiro momento, interpretado em seu sentido literal para, então, ser examinado crítica e sistematicamente, a fim de se averiguar se a interpretação

literal está de acordo com o sistema em que inserido. (DIDIER JÚNIOR, 2016. p. 209).

Também é o que entendem Arenhart, Marinoni e Mitideiro (2015, p. 946), quando afirmam que

o fato de o legislador construir um rol taxativo não elimina a necessidade de interpretação para sua compreensão: em outras palavras, a taxatividade não elimina a equivocidade dos dispositivos e a necessidade de se adscrever sentido aos textos mediante interpretação.

Por essa razão, acertadamente (e logo corroboraremos tal advérbio), Vieira (2016) afirma que a celeuma acerca da taxatividade, ou não, das hipóteses de cabimento do Agravo de instrumento não diz tanto respeito à ciência jurídica em si, mas sim à intenção dos tribunais de "estancar a prática de sua interposição constante, a resultar em sobrecarga dos tribunais".

Conforme noticiam Elias Filho, Montanher da Silva, Guerra e Carvalho, em artigo escrito para o *website* jurídico Migalhas⁴ acerca do primeiro ano de vigência do novo Código de Processo Civil,

a taxatividade prevista no art. 1.015 não apenas "pegou", como aparentemente agradou bastante os tribunais, que não têm hesitado em recusar a análise de recursos interpostos em face de decisão interlocutória não contemplada em referido rol. (ELIAS FILHO, MONTANHER DA SILVA, GUERRA. 2017, s.p.).

Interessante que tal qual fez Vieira (2016), os autores especulam acerca da impossibilidade do manejo de Mandado de Segurança como substituto do Agravo de instrumento, quando decisão interlocutória suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação não for contemplada pelo rol taxativo do Art. 1.015. Vieira aduz ao fato de que tal prática remontaria ao antigo Código de Processo Civil de 1939, no qual a ausência de efeito suspensivo no agravo obrigava o uso do remédio constitucional, demonstrando "uma grave

⁴ ELIAS FILHO, Maurício Barbosa Tavares. MONTANHER DA SILVA, Laura. GUERRA, Gustavo Abiahy Carneiro Cunha. CARVALHO, Rafael Geraldo Dahas de. Novo Código de Processo Civil, um ano de vigência, 2017. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI256659,101048-Novo+Codigo+de+Processo+Civil+um+ano+de+vigencia>>. Acesso em: 01 de abr. 2017.

deformação no sistema, pelo uso de expedientes estranhos ao quadro de recursos", tal como afirmou Buzaid (1973.p.17) na Exposição de Motivos do Código de Processo Civil de 1973.

Elias Filho, Montanher da Silva, Guerra e Carvalho assim se manifestam acerca do tema:

Prevendo que os tribunais assimilariam de pronto a taxatividade do art. 1.015, logo após a aprovação da lei 13.105/15, muitos doutrinadores especularam sobre a possibilidade do uso do mandado de segurança em situações nas quais a imediata eficácia de uma decisão interlocutória pudesse representar um ônus iminente à parte. Porém, neste primeiro ano de vigência da nova lei processual, o que se tem visto é uma firme tendência dos tribunais, inclusive do STJ, em refutar tal expediente, reafirmando a impossibilidade da impetração do mandado de segurança como substituto do agravo de instrumento. (ELIAS FILHO, MONTANHER DA SILVA, GUERRA. 2017.s.p.).

E, também fazendo coro com Vieira, afirmam que

a taxatividade do art. 1.015, conforme se denota das explicações dos idealizadores do novo CPC, visa a prestigiar as decisões do juiz de primeira instância e a garantir maior celeridade processual, uma vez que desestimula a interposição aleatória e desenfreada de recursos. (ELIAS FILHO, MONTANHER DA SILVA, GUERRA. 2017).

Portanto, a primeira e mais radical diferença entre o antigo agravo de instrumento e o atual, regido pelo novo Código de Processo Civil, é que o antigo se prestava a combater qualquer decisão interlocutória que pudesse causar à parte lesão grave e de difícil reparação. Era um recurso que possuía larga utilização, devendo, para seu manejo, ser comprovada a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação. Já a atual disciplina do agravo de instrumento limitou o seu uso apenas aos casos expressos na legislação, diminuindo drasticamente a possibilidade de sua utilização.

Vencido este ponto, temos que o Art. 1.016 do Novo Código de Processo Civil, repetindo quase literalmente o antigo artigo 524 do Código de 1973, define que o agravo de instrumento ainda será dirigido diretamente para

o tribunal competente, contudo também inova a regra antiga, trazendo novo requisito para que o agravo de instrumento seja conhecido pelo tribunal. Além da exposição do fato e do direito; as razões do pedido de reforma da decisão, (acrescentando a invalidação da decisão e o próprio pedido); o nome e o endereço completo dos advogados constantes do processo; o Art. 1.016 determina como requisito da petição de agravo de instrumento, em seu inciso I, os nomes das partes.

Já o artigo 1.017 informa sobre quais documentos devem, obrigatoriamente, instruir o agravo. Nota-se que o novo Código de Processo Civil trouxe maiores exigências para a instrução do agravo. O Código de 1973 determina, apenas, que o agravo de instrumento deveria ser instruído:

- I - obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado;
- II - facultativamente, com outras peças que o agravante entender úteis.

Previa, ainda, a necessidade de ser juntada à petição de agravo de instrumento o comprovante do pagamento das respectivas custas e do porte de retorno, quando devidos (§ 1º) e, ainda, em seu § 2º, que, no prazo do recurso, a petição será protocolada no tribunal, ou postada no correio sob registro com aviso de recebimento. Dava ainda a liberdade de que lei local dispusesse sobre a forma de tal recurso ser interposto.

Voltando-nos ao Novo Código de Processo Civil, notamos que o novo Código trouxe maiores exigências em relação à documentação que deverá acompanhar o agravo de instrumento. Afirma o Art. 1.017, em seu inciso I, a obrigatoriedade de se instruir o agravo com cópias da petição inicial, da contestação, da petição que ensejou a decisão agravada, da própria decisão agravada, da certidão da respectiva intimação ou outro documento oficial que comprove a tempestividade e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.

Contudo, prevendo a eventual inexistência de algum destes documentos no processo, seu inciso II permite que tal falta seja suprida através de "declaração de inexistência de qualquer dos documentos referidos no inciso I, feita pelo advogado do agravante, sob pena de sua responsabilidade pessoal".

Por fim, declara que o agravante pode, facultativamente, instruir o agravo com "outras peças que reputar úteis". E, além disso, mantém a obrigatoriedade de ser juntado o comprovante do pagamento das respectivas custas, quando devidos.

Em relação ao protocolo de tal recurso, também inova o Novo Código de Processo Civil. Em seu parágrafo 2º é previsto que no prazo do recurso o protocolo poderá ser realizado "diretamente no tribunal competente para julgá-lo (inciso I); "na própria comarca, seção ou subseção judiciárias (inciso II); através de "postagem, sob-registro, com aviso de recebimento (inciso III); por "transmissão de dados tipo *fac-símile*, nos termos de lei" (inciso IV); ou, ainda, relembrando a autorização trazida no antigo Código, por "outra forma prevista em lei (inciso V).

Em seu parágrafo 3º, elucida que "na falta de cópia de qualquer peça ou no caso de algum outro vício que comprometa a admissibilidade do agravo de instrumento, deve o relator aplicar o disposto no art. 932, parágrafo único".

O artigo citado no parágrafo acima transcrito trouxe importante e revolucionária norma contida no Novo Código de Processo Civil, que impede a chamada "jurisprudência defensiva"⁵ que impedia que recursos não fossem conhecidos em razão de vício sanável ou ausência de documentação exigida. Nas palavras do citado parágrafo único do art. 932, "antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível".

Ou seja, ainda que falte à petição de agravo de instrumento alguma peça imprescindível, o relator do recurso não deverá inadmiti-lo, tal como ocorria na vigência do antigo Código de Processo Civil, mas sim terá que conceder o prazo de cinco dias para que tal vício seja sanado. Só em caso de inércia após tal prazo é que o recurso poderá ser inadmitido por esse motivo.

⁵ "Denomina-se jurisprudência defensiva o posicionamento dos tribunais, especialmente os superiores (STF e STJ), que coloca aspectos puramente técnicos ou excessivamente formais como obstáculo para o exame de mérito dos recursos. Tal comportamento possui um propósito claro, que é desafogar as cortes diante da enorme quantidade de processos que chegam diariamente para julgamento." FREITAS, Theonio. O novo CPC e a jurisprudência defensiva, 2015. Disponível em: <<https://theofreitas.jusbrasil.com.br/artigos/183848391/o-novo-cpc-e-a-jurisprudencia-defensiva>>. Acesso em: 10 de mar. 2017.

Ao elucidar essa importante garantia, a relatora da comissão responsável pela criação do anteprojeto de um novo código de processo civil, que resultou na Lei 13.105/2015 (CPC/2015), Teresa Arruda Alvim Wambier (2015, p. 1460), chega a afirmar, não sem razão, que “tem-se aqui dispositivo que concretiza uma das principais inspirações deste novo Código: sanção de nulidades ou vícios em geral deve ser a regra, para que os processos atinjam bem sua finalidade (que é a resolução do mérito)”.

Por fim, no restante de seus parágrafos (3º e 5º), determina que o recurso interposto por sistema de transmissão de dados tipo *fac-símile* ou similar, as peças deverão ser juntadas no momento de protocolo da petição original, e que, se os autos forem eletrônicos, as petições e demais documentos referidos nos incisos I e II do caput deste artigo não precisam ser juntadas (posto não existirem autos físicos do processo, mas sim, eletrônicos, passíveis de serem acessados por meio da rede mundial de computadores), “facultando-se ao agravante anexar outros documentos que entender úteis para a compreensão da controvérsia”.

Prosseguindo, o art. 1.018 substituiu, em seu caput e três parágrafos, os antigos artigos 526 e 529. O antigo Código de Processo Civil, tendo sido erigido nos tempos em que não existia o processo judicial eletrônico, previa em seu caput que o agravante deveria requerer a juntada, no prazo de três dias, nos autos do processo principal, da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, informando, ainda, a relação de documentos que instruíram o recurso.

Tal previsão se justificava em razão do processo ser físico e, conforme já afirmado alhures, o agravo de instrumento era interposto no tribunal, e não no juízo a quo. Ou seja, enquanto o processo tramitava no seu juízo de origem, o agravo tramitava no juízo ad quem. Portanto, se não fossem juntadas no processo principal a petição de agravo de instrumento, e sendo informados ainda os documentos que o instruíram, não havia possibilidade da parte agravante contrarrazoar o agravo de instrumento.

É por essa razão que o novo Código de Processo Civil, no caput do art. 1.018, previu que “o agravante poderá requerer a juntada, aos autos do processo, de cópia de petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso”. Tal

"poderá" (e não "deverá") se dá em razão do processo eletrônico. Em sendo o processo eletrônico, conforme já dito, os autos estão "depositados" na rede mundial de computadores, podendo ser acessados por qualquer advogado⁶, através de seu certificado digital, através de qualquer computador que dispuser de internet, não havendo necessidade de se juntar os autos virtuais do agravo aos autos virtuais do processo principal.

É também por essa razão que o § 2º prevê que "não sendo eletrônicos os autos, o agravante tomará a providência prevista no caput, no prazo de 3 (três) dias a contar da interposição do agravo de instrumento". Ou seja, o novo Código de Processo Civil resgata a norma do antigo Código quando se tratar de processos físicos, pelas razões que expusemos acima.

Já em seu § 1º, retomando a norma do antigo art. 529, o vigente Código transcreve o antigo e afirma que "se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo de instrumento".

Por fim, tal qual o parágrafo único do antigo art. 526, determina o § 3º que "o descumprimento da exigência de que trata o § 2º, desde que arguido e provado pelo agravado, importa inadmissibilidade do agravo de instrumento". Conforme já foi descrito acima, tal se dá em razão da quebra do devido processo legal, haja vista que tal omissão impossibilita que o agravado se defenda, compondo a competente contrarrazões ao recurso.

Prosseguindo no tratamento normativo do agravo de instrumento, o art. 1.019, de redação bem mais enxuta que seu correlato no antigo Código (art. 527), determina, tal qual o antigo, que recebido o agravo de instrumento no tribunal, o mesmo deverá ser distribuído imediatamente ao relator no prazo de 5 dias. Contudo, diferentemente do anterior, não prevê que será negado seguimento ao recurso "se manifestamente improcedente", mas sim, nos casos de aplicação do art. 932, incisos III e IV. Recorrendo ao citado artigo, temos que:

⁶ Exceção feita aos autos de processos que correm sob sigilo de justiça. Nesses casos somente os advogados devidamente habilitados nos autos (ou seja, que possuírem procuração das partes em litígio) terão acesso aos documentos que o compõe.

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

IV - negar provimento a recurso que for contrário a:

a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal;

b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

Ou seja, de pronto têm-se que recurso que incorrer em tais proibições, sequer será distribuído, sendo negado seu procedimento de imediato.

Tal qual era prevista no antigo Código, no inciso I do art. 1.019 do Código vigente o legislador determinou que poderá ser atribuído efeito suspensivo ao recurso ou, ainda, "deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão". Há a necessidade de se comunicar ao juiz a quo sobre a alteração provisória da decisão, posto que, em razão da alteração, os efeitos da decisão originária deverão cessar.

Seguindo cronologicamente os passos do recurso, o inciso II determina que o relator deverá ordenar a intimação do agravado para responder (contrarrazoar) ao agravo, no já citado prazo de 15 dias, podendo juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Tal inciso corresponde ao V do antigo art. 527, com a diferença de que a intimação do agravado se dá agora pessoalmente, por meio de carta com aviso de recebimento, quando o mesmo não possuir procurador constituído nos autos, "ou pelo Diário da Justiça ou por carta com aviso de recebimento dirigida ao seu advogado". O antigo inciso V do art. 527, diferentemente, previa que a intimação do agravado se daria "por ofício dirigido ao seu advogado, sob registro e com aviso de recebimento", para que respondesse no prazo de 10 dias. Como depreende-se da leitura, o prazo do agravo no novo CPC passou de 10 dias (corridos) para 15 dias (úteis).

Concluindo o art. 1.019, seu inciso III prevê que o relator do agravo deverá determinar a intimação do Ministério Público, quando for o caso, preferencialmente por meio eletrônico, para que o mesmo se manifeste no já citado prazo de 15 dias, tal qual o antigo art. 527, em seu inciso VI,

determinava; com a diferença de que não há a previsão de intimação por meio eletrônico e o prazo, seguindo o prazo do antigo Código, era de 10 dias.

Finalmente, encerrando a disciplina do recurso ora estudado, o art. 1.020 do novo Código de Processo Civil praticamente repete o art. 528 do antigo Código, ao determinar que "o relator solicitará dia para julgamento em prazo não superior a 1 (um) mês da intimação do agravado". Sem maiores delongas, compulsando o antigo Código, tem-se que em seu art. 528 era previsto que "em prazo não superior a 30 (trinta) dias da intimação do agravado, o relator pedirá dia para julgamento".

Encerrada, então, esta breve análise das principais disposições contidas nos artigos do novo Código de Processo Civil, foi possível percebermos as semelhanças e as diferenças entre a sistemática do antigo Código de 1973, e na nova sistemática, além de pincelarmos algumas polêmicas acerca do novo agravo de instrumento, demonstradas através de alguns entendimentos doutrinários que julgamos mais importantes.

3. CONCLUSÃO

O agravo de instrumento no novo Código de Processo Civil, em que pese ter tido muito de sua regulamentação transcrita do antigo para o novo Código, sofreu profundas mudanças, que alteraram completamente a sua dinâmica.

Como foi possível perceber no desenvolvimento do presente trabalho, infelizmente a criação de um rol taxativo para o cabimento do agravo de instrumento acabou por limitar sua aplicação, criando uma importante ferramenta para a jurisprudência defensiva, posto que impede que diversas questões resolvidas em decisões interlocutórias deixem de ser analisadas pelo juízo *ad quem*.

Em que pese a alteração acima aludida, que contraria com os princípios erigidos no novo Código de Processo Civil, algumas mudanças se deram em razão da própria dinâmica do tempo. A evolução tecnológica, que propiciou a existência do processo judicial eletrônico, aboliu determinados ritos antes existentes, facilitando a interposição do recurso aqui analisado, conforme demonstramos no desenvolvimento do presente trabalho.

Outras boas mudanças foram oriundas da própria nova sistemática de todo o Código de Processo Civil vigente, pois derivam de suas alterações gerais. Maior destaque desse viés foi a alteração no prazo de interposição do recurso, que passou de 10 dias "corridos" para 15 dias úteis, tal qual o prazo da esmagadora maioria dos recursos no novo Código.

Por outro lado, vê-se que enquanto o § 3º do art. 1.017 criou importante ferramenta contra o não prosseguimento do recurso em casos de vícios sanáveis ou omissão de algum documento imprescindível, tornando-se um obstáculo à chamada "jurisprudência defensiva", o art. 1.015 limitou, e muito, o alcance do agravo de instrumento, posto que trouxe rol taxativo para o seu cabimento - rol esse que, como demonstrado nesse trabalho, não existia no antigo Código. Por isso é certo que diversas matérias que antes eram tratadas no agravo de instrumento, agora serão analisadas somente em sede de preliminar de apelação; postergando sua análise.

Portanto, vê-se que em que pese o ineditismo de tais alterações, que, além de inéditas, se deram recentemente, a doutrina jurídica e a própria jurisprudência já vem construindo estudos sobre o tema, sendo possível aos interessados obter material para o estudo do agravo de instrumento no Novo Código de Processo Civil. Foi esse material que possibilitou a análise aqui empreendida, no qual pudemos indicar diversos avanços na sistemática do agravo de instrumento, apesar do retrocesso em relação à criação de um rol taxativo, que limitou radicalmente o seu uso, limitando a discussão da maioria das decisões interlocutórias ao recurso de apelação.

Certamente muitas dessas novidades sofrerão alterações no decorrer da vigência do atual Código, cuja prática diária imbuída das questões prementes de seu próprio tempo certamente demandarão novos regramentos, que hão de ser atualizados continuamente. De qualquer modo, em sua vigência atual é esse, em apertada síntese, o panorama do recurso de agravo de instrumento no novo Código de Processo Civil. Enquanto não surgem novidades legislativas e novas jurisprudências acerca do tema, certamente a comparação com o antigo Código nos serve para esclarecer diversas nuances do recurso. Essa foi a intenção do presente trabalho.

REFERÊNCIAS

ARENHART, Sérgio Cruz. MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. *Novo Código de Processo Civil Comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BRASIL, *Código de Processo Civil: Lei n° 13.105, de 16 de Março de 2015. Institui o Código de Processo Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 05 de mar. 2017.

BRASIL, *Código de Processo Civil: Lei n° 5.869, de 11 de Janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm>. Acesso em: 05 de mar. 2017.

BUZAID, Alfredo. *Exposição de Motivos do Código de Processo Civil de 1973*. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/177828>>. Acesso em: 05 de mar. 2017.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. *Curso de direito processual civil*. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2016. v. 3.

ELIAS FILHO, Maurício Barbosa Tavares. MONTANHER DA SILVA, Laura. GUERRA, Gustavo Abiahy Carneiro Cunha. CARVALHO, Rafael Geraldo Dahas de. *Novo Código de Processo Civil, um ano de vigência*, 2017. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI256659,101048-Novo+Codigo+de+Processo+Civil+um+ano+de+vigencia>>. Acesso em: 01 de abr. 2017.

FREITAS, Theonio. *O novo CPC e a jurisprudência defensiva*, 2015. Disponível em: <<https://thefreitas.jusbrasil.com.br/artigos/183848391/o-novo-cpc-e-a-jurisprudencia-defensiva>>. Acesso em: 10 de mar. 2017.

STF, *Glossário Jurídico*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=A&id=132>>. Acessado 27. mar. 2017.

VIEIRA, José Marcos Rodrigues. *Na prática, sistema recursal do novo CPC pode ir além da vontade legislativa*, 2016. Disponível

em:<<http://www.conjur.com.br/2016-jul-21/pratica-artigo-1015-cpc-ir-alem-vontade-legislativa>>. Acesso em: 15 de mar. 2017.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; et. al. *Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil - artigo por artigo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.